ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”
Comissão de Direitos da Mulher

ATA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA TRATAR SOBRE O ENFRENTAMENTO E O COMBATE AO FEMINICÍDIO NA PARAÍBA REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2023.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Plenário José Mariz, realizou-se a Audiência Pública, da Comissão de Defesa de Direitos da Mulher, para Tratar sobre o Enfrentamento e o Combate ao Femicídio na Paraíba, sob a Presidência da Deputada Danielle do Vale. Sob a proteção de Deus e em nome do povo paraibano, a Senhora Presidente da Sessão declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a Mesa a Deputada Cida Ramos; Deputada Francisca Motta; Deputada Silvia Benjamim; Deputada Jane Panta; Deputada Camila Toscano; Deputado Alexandre de Zezé; Sra. Lídia Moura, Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; Dra Maria Madalena Abrantes, Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba; Dra Dulcerita Soares Alves, Promotora de Justiça e Ouvidoria da Mulher; Dra Rosane Araújo, Promotora de Justiça da Mulher da Capital; Sra. Liana Carvalho, Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade e Igualdade Racial do Ministério Público da Paraíba; Sra. Ivonildes da Silva Fonseca, Vice-Reitora da UEPB e do Observatório da Mulher; Sra. Nena Martins, Secretária da Mulher do Município de João

Pessoa; Tenente Adriana, Subcomandante da Sede da Patrulha da Maria da Penha de João Pessoa; Dra. Sileide Azevedo, Coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Logo depois se fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19 e as vítimas de feminicídio e, em seguida, dispensada a execução do Hino Nacional, a Deputada Cida Ramos, secretariando os trabalhos, fez a leitura do expediente em mesa, da justificativa de ausência do Deputado Adriano Galdino; Governador do Estado, João Azevedo; Presidente do TJPB, Dr. João Benedito da Silva; Deputada Dra Paula. Na sequência foi apresentado um vídeo sobre o tema e registradas as presenças da Sra. Miranda Cândido e Arlenilde Aguiar, Ouvidoras da Assembleia Legislativa; Sra. Cristina Almeida, Secretária Executiva da Mulher e da Diversidade Humana; Sra. Priscila Kelly, Presidente Estadual do Grupo de Mulheres do PT Setorial de Mulheres e Integrante do Movimento de Mulheres da Paraíba; Sra. Mônica Brandão, Coordenadora Estadual do Programa Integrado Patrulha Maria da Penha; Sra. Valéria Gurgel, Representando o SESI- Sistema Social da Indústria; Dra Elizabeth Barbosa, Defensora Pública da Paraíba; Sra. Sandra Kívia Vicente, Coordenadora do Cras, Representando a Secretaria de Assistência Social da Cidade de Cruz do Espírito Santo, Sra. Taciana Araújo, Psicopedagoga da Secretaria de Assistência Social de Cruz do Espírito Santo; Dra Maria do Céu, Ouvidora Geral da Defensoria Pública; Sr Derlúvio Silva, Assessoria da UEPB; Sra. Paula Monalisa Pinho Cabral, Coordenação da Delegacia das Mulheres; Sra. Juliana Lima, Representante da ONG Lotos; Sra. Kaliandra de Oliveira, Gerente de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria das Mulheres e Diversidade Humana; Sra. Sandra Regina, Gerente dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado das Mulheres e dos Direitos Humanos; Professora Mariene de Freitas; Sra. Socorro Fernandes, Secretária da Mulher de Cruz do Espírito Santo; Sra. Sandra Niele, Secretária da Mulher do Município de Capim; Sra. Camila Holanda, Representando a Secretaria da Mulher do Município de Cabedelo; Sra. Gláucia Cristina; Dra Cristiane Medeiros, Delegada da Mulher do Município de Mamanguape; Sra. Amanda Virgínia, Representando a Frente de Moradia Brasileira; Sra. Tatiana Matias; Sra. Betânia, Articuladora da Prefeitura de João Pessoa. Logo após foi à Tribuna a Deputada Francisca Mota. Com a palavra fez as saudações de praxe e fez a leitura do seu discurso onde destacou o envolvimento dos

Deputados no movimento e ressaltou que, apesar dos avanços conquistados, persistia a necessidade de garantir a segurança das mulheres após o término de relacionamentos afetivos. Pontuou ainda sobre a importância da autonomia financeira, da educação para conscientização de crianças e adolescentes, visando identificar e prevenir situações de violência. Nesse ínterim, destacou os esforços realizados no Estado, como a implantação da primeira delegacia da mulher no sertão e do primeiro centro de referência de atendimento à mulher, bem como a chegada da Patrulha Maria da Penha na região metropolitana de Patos e a construção da Casa da Mulher Brasileira em parceria com o Governo Federal. Por fim, destacou a importância do Tribunal de Justiça da Paraíba e da juíza Ana Carla Falcão, que iniciaram o uso de tornozeleiras eletrônicas para agressores de mulheres. Logo depois discursou a Dra. Dulcerita, Promotora de Justiça. Com a palavra fez as saudações habituais, abordou a atual situação desafiadora na Paraíba e expressou sua solidariedade para com as famílias da Sra. Jaidete, Ronara, Deane e Ludiane que foram vítimas de feminicídio. Sobre esse aspecto, demonstrou preocupação, enfatizando que era um problema evitável, apesar do aumento das estatísticas. Também observou a contradição de que o lar, que deveria ser um refúgio seguro, se tornou um local perigoso para muitas mulheres. Colocou-se à disposição como ouvidora, parabenizou o projeto de lei 11172, destacando que ele não se limita à repressão, mas também a prevenção da violência contra a mulher, instante em que ressaltou a importância de iniciar a prevenção nas escolas para mudar essa realidade. Prosseguindo, foi à Tribuna a Deputada Camila Toscano. Com a palavra fez as saudações de praxe, fez referência a importância da presença do Deputado Alexandre de Zezé e discorreu sobre a crescente violência contra as mulheres. Nesse instante, destacou a gravidade da situação, mencionando um aumento nas taxas de feminicídio e violência doméstica, instante em que pontuou sobre a necessidade de conscientização e encorajamento das mulheres para denunciarem a violência desde o início do ciclo. Citou ainda que as políticas públicas eram cruciais para permitir que as mulheres deixassem relacionamentos abusivos, além da educação sobre a violência de gênero, sugerindo que a Lei Maria da Penha seja ensinada nas escolas desde cedo. Concluindo seu discurso, fez um apelo à sociedade para se unir na luta contra a violência de gênero e enfatizou que a responsabilidade não era apenas das instituições

governamentais, mas de todos os cidadãos. Em continuidade foi entregue uma moção de aplauso à Sra. Zuila David, Jornalista da TV Cabo Branco que em seguida, foi à Tribuna. Com a palavra fez as saudações de praxe, observou o valor comercial de um minuto na televisão e como o silêncio durante esse tempo representava as vidas perdidas para a violência. Ela assinalou para a reflexão dos homens, inclusive agressores, sobre suas ações e a transmissão dessa mensagem aos seus filhos para dar um "basta" à violência. Na sequência foram registradas as presenças da Sra. Juciele França; Sra. Lusa Maria; Associação das Prostitutas da Paraíba; Dra Ana Caroline, Procuradora Municipal de Areal; Sra. Priscila Benjamim, filha da Deputada Silvia Benjamim tá aqui fortalecendo; Sra. Aline Carine, esposa do Deputado Alexandre de Zezé. Logo depois foi à Tribuna a Sra. Ivonildes da Silva Fonseca. Com a palavra saudou a todos, reconheceu a importância do momento e expressou sua emoção diante da violência contra as mulheres, instante em que prestou homenagem a professora Brisa Lourenço e uma estudante chamada Raísa de Sá. Destacou ainda a ação da Universidade Estadual da Paraíba por meio da campanha "As Mulheres Querem Viver", a importância de abordar o feminicídio como um problema social grave e a inclusão de ações preventivas e repressivas no combate à violência, bem como a necessidade de educação nas escolas para alcançar uma mudança de mentalidade. A Presidenta concedeu a palavra a Deputada Cida Ramos, que após cumprimentar todas as presentes, afirmou que a composição da mesa é significativa, e criticou o fato da Casa ter trinta deputados e apenas um esteja presente. Falou que a audiência é simbólica, que vinte e quatro mulheres foram mortas no estado, que não se pode naturalizar o feminicídio, que os poderes precisam se unir e que sociedade civil possui compromisso com a proteção das mulheres. Disse que a CPI do Feminicídio deu voz as mulheres, que ouviu pessoas que cometeram feminicídio, defendeu o desarmamento sob afirmação de que as mulheres são a maioria da população e querem viver. A Presidenta parabenizou a Deputada Cida Ramos pela contribuição em torno da temática, disse que a conscientização e apoio são pilares principais de combate ao feminicídio, que precisa inserir o tema das discussões educacionais, que a violência contra a mulher precisa ser abordada nas escolas e defendeu a ampliação do orçamento pelas políticas de fortalecimento das mulheres. A Secretária Lídia Moura cumprimentou todos e parabenizou o Deputado Alexandre de

Zezé pela presença, falou que as mulheres negras são as maiores vítimas da violência, que a imprensa foi fundamental para a manutenção da credibilidade da rede de proteção, que uma única morte coloca todos na situação de derrotados, que as setes vítimas recentes não estavam inclusas na rede e que esta em dialogo com a Secretaria de Educação para inclusão da discussão do tema em todo o sistema educacional do estado. Defendeu a igualdade de gênero. Afirmou que a Irlanda é o país que possui a maior igualdade de gêneros do mundo e ainda assim teve que fazer greve por igualdade e combate a violência, que o cumprimento da Lei Maria da Penha precisa acontecer no estado e no país, que é necessário a implantação de centro de referencia em todas as cidades, que as mulheres precisam ter local de acolhimento, que existe violência sexual nos casamentos, que precisa enfrentar todos os tipos de violências e que a sociedade precisa tomar a responsabilidade. A Presidente informou que será entregue um compilado de leis de proteção as mulheres Secretária Lídia Moura, e pediu que seja entregue ao chefe do executivo. A Deputada Camila Toscano assumiu a Presidência. A Deputada Cida Ramos registrou a presença da Senhora Maisa Félix. A Deputada Francisca Motta comunicou que precisa de se ausentar para participar de reunião com prefeitos de municípios que estão com problema no abastecimento de água. A Presidenta comunicou que a Assembleia, com autorização do Presidente Deputado Adriano Galdino, esta em campanha através da TV Assembleia e redes sociais façam campanha contra o feminicidio. A Senhora Rosane Araujo cumprimentou todas, questionou até quando ocorrerá a violência contra as mulheres, afirmou que a sociedade é machista e esta estruturada dentro do patriarcado, que Constituição Federal elenca seus pilares, que o estado é democrático quando o ser humano tem dignidade, que as mulheres vítimas de feminicidio são mortas por serem mulheres. Disse que uma deputada federal ostentou em rede social arma de fogo, que constantemente são reproduzidos praticas do sistema patriarcal, que foi conquistado direitos e não foi adquirido, que os jovens assustam por reproduzirem violência, que a responsabilidade de combate a violência é da união, estados e municípios, que a rede sempre precisa fazer mais e que a rede de proteção as mulheres são referencias em todo o Brasil. A Deputada Danielle do Valle reassumiu a Presidência. A Deputada Dra. Jane Panta cumprimentou todos, afirmou precisa de mulheres na política e homens empoderados. Falou que homem

que mata uma mulher é fraco e incapaz de aceitar uma mulher que tenha opinião. Informou que ocorreu o feminicídio na cidade de Santa Rita, que conhecia a vítima, que conheceu o agressor. Relatou que acompanhou na imprensa notícias de feminicídios, e que a TV Cabo Branco fez um minuto de silêncio pelas vítimas do feminicídio. Defendeu a realização de denúncias. A Deputada Danielle do Vale agradece, parabeniza a adesão das 7 mulheres deste parlamento a essa luta e reafirma a intenção de, além de promover leis, agir efetivamente contra a violência que atinge as mulheres. Em seguida, convida a Dra. Liana Carvalho, Promotora, Coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade e Igualdade Racial do Ministério Público. Com a palavra, a Dra. Liana expressou agradecimento a todos os presentes. Saudou a Mesa, ressaltando-se a iniciativa das deputadas pela abordagem de um tema tão urgente e relevante. Mencionou o aumento recente nos números relacionados à violência contra a mulher e a importância de abordar o assunto em todos os espaços possíveis. A Sra. Liana Carvalho falou sobre a atuação do Ministério Público, destacando que, além de seu papel como acusador no processo penal, o Ministério Público tem um papel cível de proteção dos direitos das mulheres. Ela mencionou a organização de grupos reflexivos, voltados para a conscientização de homens envolvidos em casos de violência doméstica. Os números de 2018 a 2022 foram apresentados, mostrando a eficácia do projeto, e foi colocada a importância da reeducação e conscientização como meio de prevenção. Abordou ainda a questão da implementação da Lei Maria da Penha como forma educacional e ressaltou a importância do cumprimento e da implementação de todas as leis relacionadas à proteção das mulheres. Ela também mencionou a necessidade de melhorias no sistema de justiça e a importância de uma abordagem com perspectiva de gênero. Ainda neste tema, a Sra. Liana discorreu sobre os estereótipos de gênero e a necessidade de reconhecê-los e combatê-los, especialmente para evitar a revitimização das mulheres no sistema de justiça. A discussão também incluiu a representação da violência contra a mulher na mídia e a necessidade de uma abordagem mais sensível e informativa. Para finalizar, a Sra. Liana enfatizou a necessidade contínua de abordar e combater a violência contra a mulher. Ela citou Raul Seixas para ilustrar a importância da colaboração e da união na busca por soluções. A Presidenta em Mesa, Deputada Danielle do Vale, agradece a senhora Liana e convida a senhora Graça,

representando o Movimento de Mulheres e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa para compor a Mesa. Logo após, convidada a Tenente Adriana Costa da Polícia Militar para a Tribuna. Da Tribuna, a Tenente Adriana Costa, Subcomandante da Patrulha Maria da Penha na Paraíba, saudou a Mesa em nome da deputada Danielle do Vale e todas as mulheres presentes, destacando a Secretária Líder Moura e Mônica Brandão, Coordenadora Estadual do Programa Integrado Patrulha Maria da Penha. Adriana falou da representatividade da Polícia Militar da Paraíba e das ações da instituição no combate à violência doméstica. No entanto, optou por discursar a partir de sua perspectiva pessoal como mulher e mãe, enfatizando preocupações e observações sobre a problemática. Destacou que a maneira como a imprensa nacional tem tratado o tema do feminicídio, com ênfase na divulgação de casos, pode impactar e desencorajar outras mulheres que estão vivendo em situações de violência. Declarou que o problema da violência contra as mulheres não é apenas papel da segurança pública, mas sim uma responsabilidade coletiva. Enfatizou a relevância da rede de apoio e das políticas públicas, bem como a necessidade de mais educação e conscientização. A subcomandante expressou seu desacordo com uma fala anterior, elucidando que o feminicida age movido pelo ódio e pelo machismo arraigado, e não pelo desconhecimento das leis. Reiterou a importância de combater essa cultura e de envolver os homens nesse combate. A Tenente Adriana finalizou seu discurso reconhecendo o empenho do jovem deputado presente e pedindo que mais homens se juntem à luta contra a violência de gênero. A deputada Cida agradeceu e afirmou que os homens não deixam de matar pq desconhecem o termo feminicídio, matam porque não sabem o sentido amplo dessa palavra. Afirmou que são as desigualdades de gênero que permitem que isso aconteça com tanta frequência. Dando continuação, foi convidada a Professora Mauriene Freitas, representando o Observatório de Gênero da UEPB - Campus Catolé do Rocha. De forma remota, a Professora iniciou seu discurso fazendo as saudações de praxe, detalhando sobre uma pesquisa em desenvolvimento que investiga homens acusados de cometer feminicídio no Estado da Paraíba e discutindo as limitações do estudo, especialmente as financeiras e as de recursos humanos. A pesquisadora destacou a crescente presença de armas de fogo em casos de feminicídio, relacionando isso à política de armamento da sociedade e a

necessidade de um sistema unificado de dados para uma melhor compreensão desse fenômeno. Abordou o conceito da mulher como propriedade, que é central para entender a violência sofrida por muitas mulheres e destacou que essa concepção contribui para atos extremos como o feminicídio. A Professora concordou com falas anteriores sobre o papel da mídia na revitimização das mulheres e propôs a criação de uma lei que proíba homenagens ou reconhecimentos públicos para assassinos, mesmo que tenham influência local ou tenham ocupado cargos públicos. A Professora Mauriene Freitas concluiu seu discurso com ênfase na importância da prevenção, através da educação, do acolhimento adequado das vítimas e da aplicação efetiva das leis. Agradeceu e encerrou. A deputada Cida Ramos registrou as presenças da senhora Marly Soares, da Marcha das Mulheres Negras e Marcha da Negritude, e da senhora Viviane Carla de Oliveira advogada da Marcha da Negritude. A Presidenta então agradeceu a participação da Professora Mauriene e convidou a senhora Maria Madalena Abrantes, Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba. Com a palavra, a senhora Maria Madalena abordou o trabalho do núcleo de apoio às mulheres vítimas de violência, detalhando o encaminhamento de vítimas, seja pela Patrulha Maria da Penha ou pelas delegacias. Mencionou também o trabalho junto aos homens, buscando a conscientização através do grupo reflexivo em parceria com outras entidades. Discutiu a cultura machista que perpetua a violência e a necessidade de conscientização e intervenção precoce, antes que a violência escale e sublinhou a importância da educação nas escolas. Anunciou parcerias da Defensoria Pública, como a colaboração com o SENAI e Senac, bem como a colaboração com as escolas para realizar palestras. Foi proposta a ideia de realizar mutirões de atendimento, inspirada em uma iniciativa da Defensoria Pública de Brasília e a conscientização da imprensa foi discutida, com sugestões de programas que abordem a temática e encorajem as mulheres a buscar ajuda. A Defensora concluiu com um apelo para uma abordagem proativa, onde as instituições não esperem que as vítimas procurem ajuda, mas que busquem ativamente formas de apoiá-las. Seguindo, falou a Delegada Sileide Azêvedo, responsável pelas Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. A Delegada deu início ao seu discurso enviando um abraço como símbolo de fortalecimento e solidariedade na luta contra a violência à mulher. Expressou sua solidariedade às famílias, filhos e filhas das vítimas

de feminicídio e também destacou a recente resposta do sistema de justiça com prisões em flagrante de agressores, reforçando a importância da luta por justiça. Proferiu seu reconhecimento e valorização de programas e ações que têm contribuído para o enfrentamento à violência contra as mulheres, como a atuação da Patrulha Maria da Penha e o programa SOS Mulher, informou sobre as 15 unidades de delegacias especializadas da mulher no Estado e destacou que elas estão passando por um processo de renovação. Declarou que o objetivo é fortalecer o acolhimento e o atendimento às mulheres que buscam ajuda, garantindo acesso a serviços essenciais. Por fim, disse que o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher é uma luta contínua e coletiva. Agradeceu e encerrou. A deputada Danielle do Vale agradece a sensibilidade e enaltece o abraço recebido simbolicamente. Em seguida, convidou a deputada Silvia Benjamin para realizar seu discurso. A deputada Silvia Benjamin com a palavra destacou a crescente preocupação com os casos de violência contra a mulher noticiados nos meios de comunicação e abordou a necessidade de políticas públicas que considerem o impacto na vida das crianças e famílias das vítimas. Reconheceu programas e ações do Governo do Estado, como os desenvolvidos pela Secretária Executiva, Cristiane Almeida, que focam no combate à violência contra a mulher e listou as iniciativas e ações para combater a violência colocadas no dia de hoje. Entre elas: educação desde a infância focada no respeito e valorização do outro; políticas públicas de desarmamento; reeducação dos agressores; ações para desconstrução da cultura patriarcal; acolhimento das vítimas sem julgamento; criação de mais políticas públicas que incluam creches e inserção das mulheres no mercado de trabalho; e a necessidade de um plano emergencial de enfrentamento ao feminicídio. Findou afirmando a necessidade de uma atuação conjunta de diferentes esferas do poder e da sociedade em prol de medidas concretas para o combate à violência. Anunciou que a união de forças entre o legislativo, judiciário, executivo, Defensoria Pública, Ministério Público e a sociedade em geral é essencial para efetivar as propostas e ações sugeridas. A Presidenta agradeceu e convidou a senhora Jaci Guimarães, representando a Associação Jaci Guimarães. A senhora Jaci Guimarães agradeceu a oportunidade de fala, se apresentou como mulher com deficiência e cadeirante, destacou a relevância de abordar a temática da violência contra mulheres com deficiência. Ela enfatizou que,

além de enfrentarem as violências comuns a todas as mulheres, aquelas com deficiência enfrentam ainda barreiras adicionais e são mais vulneráveis a diversas formas de violência devido à exclusão e à falta de respeito. A senhora Jaci mencionou que muitas dessas mulheres são dependentes, o que as torna ainda mais susceptíveis à violência doméstica e familiar e ainda pontuou a falta de acesso à comunicação e a serviços adequados para pessoas com deficiência, incluindo falta de intérpretes de libras em todos os espaços. Jaci denunciou que são poucas as delegacias e profissionais preparados para atender mulheres com diferentes tipos de deficiência e que a falta de treinamento e recursos adequados para atendimento a estas mulheres torna difícil para elas denunciarem violências. Proferiu sobre a necessidade de políticas públicas inclusivas e preparadas para atender mulheres com deficiência, reconhecendo suas especificidades e garantindo seus direitos com empatia e entendendo as limitações destas mulheres para garantir um ambiente seguro e acolhedor. Agradeceu e encerrou. Usou da palavra a Senhora Nena Martins, Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura municipal de João Pessoa. Na ocasião, ela ressaltou a importância de ouvir as vozes das mulheres e destacou que é fundamental reconhecer as reclamações e preocupações legítimas delas. Ela enfatizou que, diariamente, são enfrentados desafios para fazer valer a voz das mulheres e garantir o direito à educação e à igualdade. A Secretária, ainda, expressou o desejo de criar uma ouvidoria para que as mulheres tenham um espaço onde possam compartilhar suas preocupações e necessidades, mencionou a colaboração de parceiros da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres nesse esforço e destacou a gravidade da violência contra as mulheres, abrangendo diversos tipos, como violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Ela também enfatizou o impacto da violência psicológica, particularmente quando um parceiro tenta desvalorizar os sentimentos e pensamentos das mulheres, reconheceu a importância da religião na busca por justiça e na luta contra a violência, agradeceu também à Defensoria Pública e à Polícia Militar pelo seu papel fundamental na proteção das mulheres e ressaltou a importância da acessibilidade e do respeito aos direitos das mulheres em todos os aspectos da sociedade. Outrossim, ela informou a existência dos Centros de Referência da Prefeitura municipal de João Pessoa e encorajou as mulheres a visita a esses locais. Ela também

destacou a relevância da Lei Maria da Penha e a colaboração da Guarda Municipal no combate a esse tipo de crime. No encerramento, Nena Martins reafirmou seu compromisso com o respeito e igualdade de gênero, enfatizando que nenhuma mulher deve ser vítima de violência. Agradeceu, enfim, a todos os presentes. Em seguida, concedeu-se a palavra à Senhora Maria das Graças dos Santos, representante do Sindicato Estadual de Trabalhadores Domésticos da Paraíba. Na ocasião, a Senhora Maria das Graças dos Santos destacou a importância da participação da Deputada Daniele do Vale no movimento de mulheres da Paraíba, enfatizou a necessidade de contar com o apoio e presença da Deputada nas atividades e lutas em defesa das mulheres, ressaltou a gravidade da violência contra as mulheres, seja na periferia ou na sociedade em geral e mencionou a importância de políticas mais rigorosas para combater a violência e a necessidade de punir agressores de forma eficaz. Ela ainda fez um apelo aos poderes públicos, desde o municipal até o federal, para que ofereçam apoio às mulheres que sofrem violência, salientou que as mulheres muitas vezes não conseguem sair da violência devido a preocupações com a família, falta de segurança e sustento, expressou a importância de sensibilizar os homens para que compreendam a necessidade de parar com a violência contra as mulheres, enfatizou que muitos agressores não têm medo das consequências e que é preciso educá-los sobre o impacto de suas ações. A representante do sindicato mencionou a dificuldade de trazer mais mulheres para participar das atividades de conscientização devido à falta de recursos financeiros para cobrir despesas, como transporte, sugeriu a criação de programas específicos para ajudar as mulheres a adquirir conhecimento sobre seus direitos e encerrou sua intervenção reforçando a importância de se unirem na luta contra a violência às mulheres. Em seguida, a Deputada Camila Toscano usou da palavra para, com base no discurso de Dona Graça, propor o início de parcerias com as associações de bairro para debater e discutir os problemas e desafios enfrentados pelas mulheres diretamente nas comunidades. Ela enfatizou a importância de levar o debate para onde as mulheres estão e garantir que a informação alcance aquelas que não têm acesso a essas discussões. A Deputada informou que encaminhará essa sugestão à Comissão das Mulheres, com o objetivo de ações planejadas que envolvem a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e outros

órgãos, levando informações e proteção às mulheres paraibanas. Ato contínuo, a Deputada Dra Jane Panta destacou que a contribuição da Senhora Maria das Graças foi valiosa e que a presente Sessão teve como objetivo promover uma troca de conhecimento, enfatizou que saiu da reunião com um aprendizado renovado e fortalecida, ressaltou que o objetivo da Sessão era permitir que os participantes saíssem com ações concretas e com o intuito de produzir bons resultados. Por fim, a Deputada parabenizou a Senhora Maria das Graças pela contribuição dela. Em seguida, a Deputada Daniela do Vale usou da palavra e destacou que o Deputado Alexandre de Zezé era um dos membros mais jovens do Parlamento e que, apesar de estar no seu primeiro mandato, tem mostrado grande interesse nas questões sociais e participado ativamente das atividades da Casa. A Deputada Daniele enalteceu a presença de Alexandre nas Comissão das Mulheres e no movimento que mobiliza homens e mulheres em prol de uma causa nobre. Ela reconheceu ainda a participação dos colegas parlamentares que também têm produzido leis relacionadas à temática em discussão e convidou-os a engajarem-se nesse movimento. A Deputada também ressaltou a importância de incluir os homens na luta pelos direitos das mulheres, afirmando que esse é um movimento social que não se limita apenas ao público feminino. Em seguida, a Deputada concedeu a palavra ao Deputado Alexandre de Zezé. Na ocasião, ele iniciou sua fala saudando a mesa e a Presidente, Deputada Daniele do Vale, agradeceu por ter sido incluído na lista de oradores e por ter a oportunidade de falar em um momento crucial, destacou que o tema da Sessão era de extrema importância no cenário atual, observou que, em um mundo ideal, todos estariam reunidos para comemorar o mês de outubro discutindo o câncer de mama e as conquistas das mulheres em diversas áreas, no entanto, enfatizou que, infelizmente, a Sessão foi convocada para debater um problema mais grave: o feminicídio e a violência contra as mulheres. Ele observou ainda que a violência não se limitava apenas à agressão física, mas também à agressão verbal, chamou a atenção para o fato de que muitas mulheres enfrentam decisões difíceis e, que, independentemente da escolha que fizer, podem ficar emocionalmente abaladas. Ele ainda defendeu a ideia de que homens de verdade não impõem suas decisões para as mulheres e que o apoio às mulheres em suas decisões era de fundamental importância. Ele também salientou a importância do diálogo, da reflexão e

do respeito mútuo entre os parceiros, preponderou que o problema da violência contra as mulheres não é exclusivo das mulheres, mas é uma preocupação de todos, incluindo os homens, convidou a todos a abraçar a responsabilidade de educar as gerações futuras para que cresçam com caráter, respeito e igualdade de gênero e concluiu agradecendo a todos os presentes e expressou seu compromisso em participar de futuras audiências e ações que visam combater a violência do gênero. Por fim, ele reforçou que essa luta não era uma questão apenas das mulheres, mas de todos, e finalizou desejando a todos os presentes uma boa tarde. Na sequência, a Presidente agradeceu a contribuição do Deputado e ressaltou os encaminhamentos e as conclusões finais da presente reunião, a saber: abertura de créditos às mulheres vítimas de violência, implementação na grade curricular das escolas públicas do Estado de uma disciplina de prevenção à violência contra a mulher, campanha informativa e educativa de enfrentamento ao feminicídio por parte dos Poderes Executivo, Legislativo Judiciário, fortalecimento das ações da Defensoria Pública no acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica, fortalecimento de grupos reflexivos de reeducação dos homens, desconstrução da cultura patriarcal, campanha pelo desarmamento, a instalação de uma Delegacia das pessoas com deficiência e a realização de reuniões nos bairros e comunidades. Não havendo mais nada a ser deliberado, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Sessão. Lavrando a presente Ata, os redatores Simone Patrícia B. de Macedo, Paulo Fernando da Silva e Iayna Alves Rabay Assistentes Legislativo e Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 26 de outubro de 2023.

Deputada Danielle do Vale
Presidente